

# Índice

---

Notas Explicativas

1

## Notas Explicativas

### 1. Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída como uma “sociedade anônima” domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3” e “FRAS4”), tem por objeto principal a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas nos seguintes países: Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha e África do Sul.

#### Aquisição da Freios Control Ltd.

Conforme fato relevante divulgado em 1º de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 99,99% das quotas representativas do capital social da Freios Control Ltda., empresa que atua na fabricação de autopeças, com foco principal em componentes para freios. Pelo contrato de compra e venda assinado entre as partes, o controle dessa Companhia passou para a Fras-le S.A. a partir de 1º de janeiro de 2012, data em que efetivamente ocorreu a conclusão do negócio e houve a transferência das quotas representativas da totalidade do capital social dessa Companhia.

Em 30 de junho de 2012, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos bens adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a apuração e alocação do ágio, ainda não haviam sido concluídos.

O valor total do negócio foi de R\$10.000, sendo registrado um ágio no montante de R\$4.497. A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 e IFRS 3.

A avaliação inicial da administração da Companhia indica que haverá diferença entre o valor justo e o valor contábil apresentado no balanço patrimonial da Freios Control, na data de aquisição, substancialmente no grupo do imobilizado. Abaixo segue o resumo da apuração do ágio provisório, considerando o balanço patrimonial da Freios Control antes dos ajustes do valor justo, em 31 de dezembro de 2011.

## Notas Explicativas

### 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

#### Aquisição da Freios Controlil Ltda.--Continuação

Ativo imobilizado	33.763
Outros ativos	37.824
Passivos	<u>(66.084)</u>
Total de ativos identificáveis líquido	5.503
(-) Valor da contraprestação	<u>(10.000)</u>
Ágio pago (Goodwill) (nota 11)	<u><u>(4.497)</u></u>

### 2. Sumário das políticas contábeis

#### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As informações trimestrais consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### 2.2 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Fras-le S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2012, apresentadas abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	100,00	100,00
Freios Control Ltd (b)	99,99	-

(a) Sociedades controladas no exterior

(b) Empresa adquirida em 2012

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Base de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

#### 2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.3 Reconhecimento de receita--Continuação

##### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

##### Dividendos

A receita com dividendos é reconhecida quando o direito de recebê-lo está estabelecido.

#### 2.4 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as informações trimestrais são traduzidas para o real na data do fechamento.

##### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

##### ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.4 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

Para fins de consolidação, as informações trimestrais dessas controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

#### 2.5 Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

#### 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4.i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### 2.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de informações trimestrais da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações trimestrais da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.



## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.9 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edificações	12 a 59 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 45 anos
Moldes	2 a 12 anos
Veículos	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	2 a 25 anos
Equipamentos de informática	1 a 8 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.10 Ativos intangíveis

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos e no balanço consolidado ao ágio gerado quando da aquisição de controlada (Nota 1). A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

#### 2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas outras transações sujeitas a ajuste a valor presente que fossem consideradas relevantes em relação as informações trimestrais tomadas em conjunto.

#### 2.13 Provisões

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.14 Tributação

##### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.14 Tributação--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.14 Tributação--Continuação

##### Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

#### 2.16 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

#### 2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

#### 2.18 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

#### 2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

#### 2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esse ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.



## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

##### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

##### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, em contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge-- Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

A partir de 2010 a Companhia passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Quanto a hedge de fluxos de caixa, espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

## Notas Explicativas

### 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge-- Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

#### 2.23 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## Notas Explicativas

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

#### *Benefícios de Aposentadoria*

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 10.

## Notas Explicativas

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

#### 4.1 Pronunciamentos do IFRS emitidos e/ou revisados em 2011

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e tiveram a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2012. A Administração da Companhia avaliou o impacto da adoção destes novos pronunciamentos e interpretações e concluiu que não há impacto material nas informações trimestrais da Companhia. Segue abaixo um resumo destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

## Notas Explicativas

### 4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas -- Continuação

#### 4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 2012

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

## Notas Explicativas

### 4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas -- Continuação

#### 4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 2012 -- Continuação

- *IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades*: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- *IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo*: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

### 5. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.391	1.427	12.461	9.385
Aplicações financeiras	75.791	119.113	75.948	119.113
	<b>77.182</b>	120.540	<b>88.409</b>	128.498

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$162.969 em 30 de junho de 2012 (R\$120.170 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 80% e 106% (75% a 106% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.



## Notas Explicativas

### 6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante:				
No País	<b>31.357</b>	28.505	<b>31.357</b>	28.505
de terceiros	<b>29.097</b>	26.873	<b>29.097</b>	26.873
parte relacionada	<b>2.260</b>	1.632	<b>2.260</b>	1.632
No exterior	<b>54.280</b>	52.994	<b>82.541</b>	64.695
de terceiros	<b>43.610</b>	41.718	<b>82.541</b>	64.695
parte relacionada	<b>10.670</b>	11.276	-	-
Menos:				
Cambiais descontadas	-	(6.681)	-	(6.681)
Ajuste a valor presente	<b>(551)</b>	(694)	<b>(551)</b>	(694)
Provisão para devedores duvidosos	<b>(2.074)</b>	(1.435)	<b>(3.070)</b>	(1.855)
	<b>83.012</b>	72.689	<b>110.277</b>	83.970

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o prazo médio de recebimento para o mercado interno é de 29 dias respectivamente, e para o mercado externo 105 e 131 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGGAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Saldo no início do período/ exercício	<b>(1.435)</b>	(1.005)	<b>(1.855)</b>	(1.355)
Adições	<b>(639)</b>	(623)	<b>(1.215)</b>	(797)
Recuperações/ realizações	-	193	-	297
Saldo no final do período/ exercício	<b>(2.074)</b>	(1.435)	<b>(3.070)</b>	(1.855)

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a análise do saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
A vencer	<b>56.463</b>	53.809	<b>77.735</b>	57.358
Vencidos a:				
De 1 a 30 dias	<b>12.901</b>	13.616	<b>17.962</b>	17.012
De 31 a 60 dias	<b>4.089</b>	1.388	<b>4.372</b>	4.728
De 61 a 90 dias	<b>2.596</b>	649	<b>2.825</b>	2.225
De 91 a 180 dias	<b>4.900</b>	1.644	<b>4.920</b>	1.387
Acima de 181 dias	<b>2.063</b>	1.583	<b>2.463</b>	1.260
Total	<b>83.012</b>	72.689	<b>110.277</b>	83.970

A Companhia não requer garantias sobre as vendas à prazo.



## Notas Explicativas

### 8. Impostos e contruições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
ICMS	6.800	6.618	6.800	6.618
Imposto de renda e contribuição social	3.674	3.561	3.674	3.561
COFINS	2.767	2.097	2.767	2.097
PIS	601	462	601	462
Outros	1.901	1.334	6.070	8.066
Total	15.743	14.072	19.912	20.804
(-)Circulante	9.463	11.368	12.503	16.961
Não circulante	6.280	2.704	7.409	3.843

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

## Notas Explicativas

### 9. Informações sobre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Ativo			Passivo		
	Contas a receber por vendas	Mútuos a receber	Comissões a pagar	Contas a pagar por compras	Mútuos a pagar	Adiantamento de partes relacionadas
<b>Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(e)</b>						
Saldo 30/06/2012	60	-	-	-	-	-
<b>Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (e)</b>						
Saldo 30/06/2012	141	-	-	2	-	-
<b>Randon S.A. Implementos e Participações (b)</b>						
Saldo 30/06/2012	822	-	-	260	-	-
Saldo 31/12/2011	94	-	-	20	-	-
<b>Master Sistemas AutomotivosLtda (e)</b>						
Saldo 30/06/2012	1.211	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2011	1.259	-	-	-	-	-
<b>Castertech Fundação e Tecnologia (e)</b>						
Saldo 30/06/2012	26	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2011	87	-	-	-	-	-
<b>Fras-le Argentina S.A. (c)</b>						
Saldo 30/06/2012	3.058	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2011	6.355	-	-	-	-	-
<b>Fras-le North American, Inc. (c)</b>						
Saldo 30/06/2012	5.041	-	55	-	-	993
Saldo 31/12/2011	2.859	-	388	-	-	10.858
<b>Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)</b>						
Saldo 30/06/2012	808	-	297	-	-	-
Saldo 31/12/2011	700	-	-	-	-	-
<b>Fras-le Europe (c)</b>						
Saldo 30/06/2012	1.763	-	61	-	-	-
Saldo 31/12/2011	1.554	-	13	-	-	-
<b>Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda (c)</b>						
Saldo 31/12/2011	-	-	83	-	-	-
<b>Fras-le Mexico (c)</b>						
Saldo 30/06/2012	-	-	20	-	-	-
Saldo 31/12/2011	-	-	54	-	-	-
<b>Freios Controil Ltda (d)</b>						
Saldo 30/06/2012	-	35.319	-	-	-	-
<b>Outras partes Relacionadas (a)</b>						
Saldo 30/06/2012	-	-	-	-	1.307	-
Saldo 31/12/2011	-	-	-	-	1.183	-
<b>Total</b>						
Saldo 30/06/2012	12.930	35.319	433	262	1.307	993
Saldo 31/12/2011	12.908	-	538	20	1.183	10.858

## Notas Explicativas

## 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

	Transações					Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Despesa de comissão	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimentos	Pagamento
<b>Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda (e)</b>							
Saldo 30/06/2012	145	-	-	-	-	7	7
Saldo 30/06/2011	107	-	-	-	-	21	7
<b>Suspensys Sistemas Automotivos Ltda (e)</b>							
Saldo 30/06/2012	-	-	-	-	-	7	7
Saldo 30/06/2011	49	2	-	-	-	14	45
<b>Randon S.A. Implementos e Participações (b)</b>							
Saldo 30/06/2012	2.234	2.693	-	-	-	7	7
Saldo 30/06/2011	627	3.260	-	-	-	15	36
<b>Master Sistemas Automotivos Ltda (e)</b>							
Saldo 30/06/2012	8.711	-	-	-	-	7	7
Saldo 30/06/2011	19.545	2	-	-	-	7	7
<b>Castertech Fundação e Tecnologia (e)</b>							
Saldo 30/06/2012	623	-	-	-	-	7	7
Saldo 30/06/2011	81	-	-	-	-	21	7
<b>Fras-le Argentina S.A. (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	6.439	-	-	-	-	120	-
Saldo 30/06/2011	8.854	-	-	-	-	170	14
<b>Fras-le North America, Inc (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	10.591	-	2.856	-	-	320	-
Saldo 30/06/2011	8.366	-	2.028	-	-	200	26
<b>Fras-le Mexico S de RL de CV (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	-	-	391	-	-	-	-
Saldo 30/06/2011	-	-	289	-	-	-	33
<b>Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	693	-	-	-	-	-	-
Saldo 30/06/2011	884	-	-	-	-	120	57
<b>Fras-le Europe (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	1.609	-	346	-	-	320	-
Saldo 30/06/2011	462	-	418	-	-	200	12
<b>Fras-le Africa (c)</b>							
Saldo 30/06/2012	-	-	252	-	-	-	-
Saldo 30/06/2011	-	-	-	-	-	-	-
<b>Freios Control Ltd (d)</b>							
Saldo 30/06/2012	-	-	-	280	-	-	-
<b>Outras partes Relacionadas (a)</b>							
Saldo 30/06/2012	-	-	-	59	-	-	-
Saldo 30/06/2011	-	-	-	85	-	-	-
<b>Total</b>							
Saldo 30/06/2012	31.045	2.693	3.845	-	-	-	-
Saldo 30/06/2011	38.975	3.264	2.735	85	-	-	-

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Sociedade controlada no Brasil.
- (e) Empresas coligadas no Brasil

## Notas Explicativas

### 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

#### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas, referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

## Notas Explicativas

### 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

#### Remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo

A Companhia definiu como pessoal chave da administração, o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	1.662	2.850	1.662	2.850
Benefícios pós emprego – contribuições para Randon - Prev	75	69	75	69
<b>Total</b>	<b>1.737</b>	<b>2.919</b>	<b>1.737</b>	<b>2.919</b>

A Companhia não pagou as suas pessoas chaves da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

### 10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas no período montaram R\$493 (R\$605 em 2011).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2011 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

## Notas Explicativas

### 11. Investimentos

#### Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Participação em empresas controladas	39.581	30.768	-	-
Outros investimentos	80	80	80	80
Ágio na aquisição de investimentos (Nota 1)	4.497	-	-	-
Lucro não realizado nos estoques	(2.472)	(3.722)	-	-
	<b>41.686</b>	<b>27.126</b>	<b>80</b>	<b>80</b>

#### Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Saldos no início do período/ exercício	27.126	12.759	80	257
Adições	12.593	11.663	-	-
Variação cambial das investidas	1.783	2.453	-	-
Equivalência patrimonial	(1.496)	1.174	-	-
Passivo à descoberto	(4.067)	2.629	-	-
Dividendos recebidos	-	(2.797)	-	-
Baixa de investimento	-	(177)	-	(177)
Ágio na aquisição de investimentos (nota 1)	4.497	-	-	-
Lucro não realizado nos estoques	1.250	(578)	-	-
Saldos no final do período/ exercício	<b>41.686</b>	<b>27.126</b>	<b>80</b>	<b>80</b>

A seguir a movimentação dos investimentos nas controladas (Controladora):

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Control Ltd	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	10.726	89	138	17.722	2.048	45	-	30.768
- Equivalência patrimonial	(1.085)	2.144	(21)	27	(246)	31	199	(2.545)	(1.496)
- Ajustes acumulados de conversão	110	381	10	65	1.101	104	12	-	1.783
- Aquisição da Freios Control	-	-	-	-	-	-	-	5.503	5.503
- Aumento de capital	7.090	-	-	-	-	-	-	-	7.090
- Reversão de provisão para passivo à descoberto	(4.067)	-	-	-	-	-	-	-	(4.067)
Saldos em 30 de junho de 2012	<b>2.048</b>	<b>13.251</b>	<b>78</b>	<b>230</b>	<b>18.577</b>	<b>2.183</b>	<b>256</b>	<b>2.958</b>	<b>39.581</b>



**Notas Explicativas****11. Investimentos--Continuação**Informações das investidas

	Fras-le North América Inc.	Fras-le Argentina S/A	Fras-le Andina Com Y Repres Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd.	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil Ltda	Totais	
									30/06/12	31/12/11
Capital social	7.721	7.190	22	2	22.135	1.895	61	14.940		
Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)										
- Ordinárias	1	13.252	-	-	-	-	-	-		
- Quotas	-	-	-	2	-	-	-	-		
Participação no capital social, no final do período - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00	100,00	99,99		
Patrimônio líquido ajustado	2.048	14.097	79	231	18.577	2.183	255	2.958		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(902)	2.424	(21)	122	(246)	32	199	(2.545)		
Ajustes acumulados de conversão	110	381	10	65	1.101	104	12	-	1.783	2.453
Resultado da equivalência patrimonial	(1.085)	2.144	(21)	27	(246)	31	199	(2.545)	(1.496)	1.174
Valor do investimento	<b>2.048</b>	<b>13.251</b>	<b>78</b>	<b>230</b>	<b>18.577</b>	<b>2.183</b>	<b>256</b>	<b>2.958</b>	<b>39.581</b>	30.768

## Notas Explicativas

## 12. Imobilizado

Controladora:

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>								
Saldo em 31/12/2011	127.227	328.491	9.258	6.798	2.256	11.058	2.239	487.327
Aquisições	239	847	25	134	-	23.917	1.775	26.937
Baixas	-	(3)	-	-	(113)	-	-	(116)
Transferências	173	4.658	-	-	-	(6.259)	(2.171)	(3.599)
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>127.639</b>	<b>333.993</b>	<b>9.283</b>	<b>6.932</b>	<b>2.143</b>	<b>28.716</b>	<b>1.843</b>	<b>510.549</b>
<b>Depreciação e perda do valor recuperável</b>								
Saldo em 31/12/2011	26.589	185.130	6.316	6.026	1.567	-	-	225.628
Depreciação	1.760	9.200	213	133	50	-	-	11.356
Baixas	-	(3)	-	-	(98)	-	-	(101)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>28.349</b>	<b>194.327</b>	<b>6.529</b>	<b>6.159</b>	<b>1.519</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>236.883</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
Saldo em 31/12/2011	100.638	143.361	2.942	772	689	11.058	2.239	261.699
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>99.290</b>	<b>139.666</b>	<b>2.754</b>	<b>773</b>	<b>624</b>	<b>28.716</b>	<b>1.843</b>	<b>273.666</b>

## Notas Explicativas

## 12. Imobilizado --Continuação

Consolidado:

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>								
Saldo em 31/12/2011	129.135	343.595	12.626	7.270	2.567	18.401	2.240	515.834
Aquisições	285	952	551	174	-	36.397	1.776	40.135
Aquisições – Freios Control	-	87.796	1.796	-	746	4.702	-	95.040
Baixas	-	(318)	-	-	(363)	-	-	(681)
Transferências	-	6.351	(1.056)	1.063	-	(7.784)	(2.173)	(3.599)
Varição cambial	316	799	(223)	(83)	(25)	(109)	-	675
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>129.736</b>	<b>439.175</b>	<b>13.694</b>	<b>8.424</b>	<b>2.925</b>	<b>51.607</b>	<b>1.843</b>	<b>647.404</b>
<b>Depreciação e perda do valor recuperável</b>								
Saldo em 31/12/2011	27.252	188.427	7.116	6.314	1.706	-	-	230.815
Depreciação	1.873	13.034	553	175	91	-	-	15.726
Depreciação – Freios Control	-	57.646	1.397	-	588	-	-	59.631
Baixas	-	(316)	-	-	(319)	-	-	(635)
Transferências	-	-	(857)	857	-	-	-	-
Varição cambial	26	(532)	11	19	(9)	-	-	(485)
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>29.151</b>	<b>258.259</b>	<b>8.220</b>	<b>7.365</b>	<b>2.057</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>305.052</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
Saldo em 31/12/2011	101.883	155.168	5.510	956	861	18.401	2.240	285.019
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>100.585</b>	<b>180.916</b>	<b>5.474</b>	<b>1.059</b>	<b>868</b>	<b>51.607</b>	<b>1.843</b>	<b>342.352</b>

## Notas Explicativas

### 12. Imobilizado--Continuação

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às informações trimestrais como um todo, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 30 de junho de 2012.

#### Custos de empréstimo capitalizados

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos em 2012.

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Fabricação de ferramentais	1.438	1.214	1.438	1.214
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	19.646	9.265	42.537	16.608
Construções e benfeitorias em imóveis	7.632	579	7.632	579
	<b>28.716</b>	11.058	<b>51.607</b>	18.401

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de junho de 2012 é de R\$410 (R\$857 em 30 de junho de 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,29%, que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Durante o período encerrado em 30 de junho de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

## Notas Explicativas

### 13. Intangível

#### Controladora

#### Custo ou avaliação

Saldo em 31/12/2011

Aquisições

**Saldo em 30/06/2012**

#### Software e licenças

23.240

3.619

**26.859**

#### Depreciação e perda do valor recuperável

Saldo em 31/12/2011

5.938

Amortização

980

**Saldo em 30/06/2012****6.918**

#### Valor residual líquido

Saldo em 31/12/2011

17.302

**Saldo em 30/06/2012****19.941**

## Notas Explicativas

### 13. Intangível--Continuação

#### Consolidado

<b>Custo ou avaliação</b>	<b>Software e licenças</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2011	23.543	-	23.543
Aquisições	3.628	4.497	8.125
Aquisições – Freios Controlil	3.037	-	3.037
Variação cambial	508	-	508
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>30.716</b>	<b>4.497</b>	<b>35.213</b>
<b>Depreciação e perda do valor recuperável</b>			
Saldo em 31/12/2011	6.150	-	6.150
Amortização	1.279	-	1.279
Amortizações – Freios Controlil	1.801	-	1.801
Variação cambial	265	-	265
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>9.495</b>	<b>-</b>	<b>9.495</b>
<b>Valor residual líquido</b>			
Saldo em 31/12/2011	17.393	-	17.393
<b>Saldo em 30/06/2012</b>	<b>21.221</b>	<b>4.497</b>	<b>25.718</b>

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

## Notas Explicativas

### 14. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

#### Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na data base 30 de junho de 2012, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo contingente	30/06/2012			31/12/2011			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/06/2012	31/12/2011
a) cível	437	1.715	2.353	166	1.715	2.353	-	-
b) tributário	-	13.005	174.851	-	12.922	173.739	12.370	5.146
c) trabalhista	1.070	6.425	1.168	1.070	6.425	1.168	255	272
d) previdenciário	3.858	2.040	-	4.258	2.040	-	622	631
<b>Total</b>	<b>5.365</b>	<b>23.185</b>	<b>178.372</b>	<b>5.494</b>	<b>23.102</b>	<b>177.260</b>	<b>13.247</b>	<b>6.049</b>

Consolidado:

Passivo contingente	30/06/2012			31/12/2011			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/06/2012	31/12/2011
a) cível	1.484	1.715	2.353	166	1.671	2.353	-	-
b) tributário	1.456	13.005	174.851	292	12.590	173.739	12.600	5.148
c) trabalhista	1.176	6.425	1.168	1.070	6.260	1.168	255	272
d) previdenciário	3.858	2.040	-	4.258	1.988	-	622	631
<b>Total</b>	<b>7.974</b>	<b>23.185</b>	<b>178.372</b>	<b>5.786</b>	<b>22.509</b>	<b>177.260</b>	<b>13.477</b>	<b>6.051</b>

Cível – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

## Notas Explicativas

### 14. Provisão para litígios--Continuação

#### Passivo contingente--Continuação

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) *Créditos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido* - A Companhia foi autuada no valor de R\$10.595, pela Receita Federal do Brasil referente a não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- b) *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte* – A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$126.050, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- c) *Imposto de Renda e Contribuição Social* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$7.133.



## Notas Explicativas

### 14. Provisão para litígios--Continuação

#### Passivo contingente--Continuação

- d) *IPI, PIS, COFINS* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$14.334. No primeiro semestre de 2012 foi realizado um depósito judicial referente a este processo no valor de R\$ 7.223, nº 5012882902114047107, com a finalidade de ser discutido a desconsideração da dedutibilidade da assunção de dívidas objeto da retificação da declaração de rendimentos do ano de 1996, base 1995 e conseqüentemente, a desconsideração dos valores a restituir.
- e) *Imposto de Importação* – A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e conseqüente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$7.161. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f) *IPI* – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$4.629. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.
- g) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$67.
- h) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa

## Notas Explicativas

### 14. Provisão para litígios--Continuação

#### Passivo contingente--Continuação

Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$1.669.

- i) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$184.
- j) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$667.
- k) ICMS – A companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. R\$2.157.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – atuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

## Notas Explicativas

### 14. Provisão para litígios--Continuação

#### Ativo contingente

Em 30 de junho de 2012 a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

#### Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

#### Controladora

	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adição</b>	<b>Exclusão</b>	<b>Saldo em 30/06/2012</b>
Cíveis	166	274	(3)	<b>437</b>
Trabalhistas	1.070	-	-	<b>1.070</b>
Tributárias	-	-	-	-
Previdenciário	4.258	-	(400)	<b>3.858</b>
	<b>5.494</b>	<b>274</b>	<b>(403)</b>	<b>5.365</b>

#### Consolidado

	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adição</b>	<b>Exclusão</b>	<b>Saldo em 30/06/2012</b>
Cíveis	166	1.321	(3)	<b>1.484</b>
Trabalhistas	1.070	106	-	<b>1.176</b>
Tributárias	292	1.164	-	<b>1.456</b>
Previdenciário	4.258	-	(400)	<b>3.858</b>
	<b>5.786</b>	<b>2.591</b>	<b>(403)</b>	<b>7.974</b>

## Notas Explicativas

## 15. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BRGAAP	IFRS	BRGAAP	IFRS
				30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
<b>Circulante</b>							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	7.593	7.954	7.593	7.954
BNDES	TJLP	2,5% a 4,5% a.a.	15/07/13	85.065	57.099	85.065	57.099
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	75.172	800	75.172	800
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	465	211	465	211
Empréstimo bancário – Freios Controlil	TJLP	9% a.a.	15/08/17	-	-	9.216	-
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 16.164 mil	Varição cambial + deságio	2,20% a 3% a.a	25/03/13	32.672	34.881	32.672	34.881
Empréstimos bancários US\$ 1.376 mil	Libor	4% a.a	30/08/18	-	-	2.781	4.474
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a	08/09/14	-	-	-	5.656
BNDES US\$ 405 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	819	761	819	761
IFC financiamento de US\$ 1.377 mil	Varição Cambial + Libor	3% a.a	15/10/17	2.783	2.590	2.783	2.590
Resolução 2770 NCE	Varição cambial + Libor	4,5% a.a.	20/03/20	1.278	-	1.278	-
				<b>205.847</b>	<b>104.296</b>	<b>217.844</b>	<b>114.426</b>
<b>Não circulante</b>							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	21.084	24.901	21.084	24.901
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	681	32.756	681	32.756
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	-	74.292	-	74.292
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	15.767	15.411	15.767	15.411
Empréstimo bancário – Freios Controlil	TJLP	9% a.a.	15/08/17	-	-	9.980	-
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 25.000 mil	Libor	4% a.a	30/08/18	-	-	50.532	46.895
Empréstimos bancários \$ 12.346 mil	-	20,6% a.a	08/09/14	-	-	5.515	-
BNDES US\$ 34 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	68	442	68	442
IFC financiamento de US\$ 6.000 mil	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a	15/10/17	12.128	12.505	12.128	12.505
Resolução 2770 NCE	Varição cambial + Libor	4,5% a.a	20/03/20	101.065	-	101.065	-
				<b>150.793</b>	<b>160.307</b>	<b>216.820</b>	<b>207.202</b>
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>356.640</b>	<b>264.603</b>	<b>434.664</b>	<b>321.628</b>

## Notas Explicativas

### 15. Empréstimos e Financiamentos --Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$70.423 (R\$70.341 em 31 de dezembro de 2011), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$24.681 (R\$29.293 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 30 de junho de 2012 o contrato de financiamento junto ao International Finance Corporation – IFC, apresentou um desenquadramento do índice de endividamento líquido com relação ao EBITDA, porém a Companhia obteve declaração do IFC indicando que não exigirá nenhuma das compensações previstas em contrato em decorrência do não cumprimento deste índice. Independentemente da anuência por parte da Instituição, a Companhia tem tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados.

#### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor de R\$18.929 (R\$18.730 em 31 de dezembro de 2011).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

## Notas Explicativas

### 16. Capital social e reservas

#### Ações autorizadas

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ações ordinárias no valor de R\$1 cada	90.000.000	90.000.000
Ações preferenciais conversíveis no valor de R\$1	180.000.000	180.000.000
	<u>270.000.000</u>	<u>270.000.000</u>

#### Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Em milhares</u>	<u>R\$000</u>
Em 31 de dezembro de 2011	66.174.350	109.880
<b>Em 30 de junho de 2012</b>	<b>66.174.350</b>	<b>109.880</b>

#### Ações preferenciais emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Em milhares</u>	<u>R\$000</u>
Em 31 de dezembro de 2011	36.206.650	60.120
<b>Em 30 de junho de 2012</b>	<b>36.206.650</b>	<b>60.120</b>

## Notas Explicativas

### 16. Capital social e reservas--Continuação

#### Ações em tesouraria

	<u>Em milhares</u>	<u>R\$000</u>
Em 31 de dezembro de 2011	2.400.000	3.886
<b>Em 30 de junho de 2012</b>	<b><u>2.400.000</u></b>	<b><u>3.886</u></b>

No dia 26 de novembro de 2008, o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “h” do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado pela AGO/E de 13 de abril de 2007. As ações foram adquiridas durante o período de 27 de novembro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009, na quantidade de 1.600.000 ações preferenciais, por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$2,43 por ação, sendo que o custo máximo foi de R\$2,65 e o custo mínimo de R\$2,25.

Em 7 de abril de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde foi deliberada e aprovada a bonificação em ações na proporção de 50%. Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria foi acrescida de 800.000 ações preferenciais, totalizando 2.400.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 30 de junho de 2012 é de R\$3,80.

## Notas Explicativas

### 16. Capital social e reservas--Continuação

#### Reservas e retenção de lucros

##### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

##### *Reserva geral de lucros (estatutária)*

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

##### *Reserva para hedge de fluxo de caixa*

A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em hedges de fluxo de caixa de R\$665 que representam os movimentos nos hedges de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquido de imposto.

##### *Reserva para conversão em moeda estrangeira*

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das informações trimestrais de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do hedge sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

##### *Reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado*

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Impostos de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado, estão contabilizados no passivo não circulante



## Notas Explicativas

### 16. Capital social e reservas--Continuação

#### *Reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado -- Continuação*

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado está sendo realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do período, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

### 17. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

#### Dividendos e juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária, aprovou o pagamento de dividendos adicionais, sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$2.655.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na taxa de Juros a longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$3.998 (R\$7.987 em 30 de junho de 2011) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do período foram reduzidos em R\$1.360 (R\$2.716 em 30 de junho de 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

## Notas Explicativas

### 18. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/06/2012		30/06/2011	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do período	<b>7.336</b>	<b>4.123</b>	16.122	9.060
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	<b>66.174</b>	<b>33.807</b>	66.174	33.807
Lucro por ação – básico e diluído	<b>0,11</b>	<b>0,12</b>	0,24	0,27

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### 19. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes:</b>				
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.376)	(6.565)	(5.918)	(7.517)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos:</b>				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	380	449	2.204	854
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado</b>	<b>(3.996)</b>	<b>(6.116)</b>	<b>(3.714)</b>	<b>(6.663)</b>
	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
<b>Demonstração consolidada do resultado abrangente</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o período:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	(538)	(324)	(538)	(324)
	<b>(538)</b>	<b>(324)</b>	<b>(538)</b>	<b>(324)</b>

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGGAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro contábil antes dos impostos	15.747	32.272	15.623	32.920
À alíquota fiscal de 34% (34% em 2011)	5.354	10.972	5.312	11.193
Despesa incentivada	(787)	(1.591)	(787)	(1.591)
Juros sobre capital próprio	(1.360)	(2.716)	(1.360)	(2.716)
Outras despesas/receitas não dedutíveis	789	(549)	549	(223)
	<b>3.996</b>	<b>6.116</b>	<b>3.714</b>	<b>6.663</b>
Alíquota efetiva	<b>25,38%</b>	44,26%	<b>30,08%</b>	40,47%

## Notas Explicativas

### 19. Impostos sobre o lucro--Continuação

#### Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de junho de 2012 e 2011 refere-se a:

Controladora:

	<b>Balanco patrimonial</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>BRGAAP</b>		<b>BRGAAP</b>	
	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>30/06/2011</b>
Provisão para comissões e fretes	587	342	(245)	77
Provisão para devedores duvidosos	705	488	(217)	57
Provisão para contingências	1.732	1.868	136	(191)
Provisão estoques obsoletos	270	367	97	-
Operações de derivativos	436	1.667	1.452	-
Ajustes das leis n°s 11.638/07 e 11.941/09	486	547	61	456
Provisão desvinculo para funcionário	221	221	-	-
Participação dos diretores e funcionários	657	1.446	789	(423)
Provisões diversas e outros	2.772	1.567	(1.205)	39
Randonprev avaliação atuarial	(485)	(485)	-	-
Ajuste "valor atribuído" do mobilizado	(24.900)	(25.813)	(913)	952
Lucro não realizado nos estoques	841	1.266	425	(518)
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>380</b>	<b>449</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(16.678)</b>	<b>(16.519)</b>		

**Notas Explicativas****19. Impostos sobre o lucro--Continuação**Imposto de renda e contribuição social diferido--ContinuaçãoConsolidado:

	<b>Balço patrimonial</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>IFRS</b>		<b>IFRS</b>	
	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>30/06/2011</b>
Prejuízos fiscais a compensar	<b>10.239</b>	4.000	<b>2.340</b>	156
Provisão para comissões e fretes	<b>587</b>	342	<b>(245)</b>	77
Provisão para devedores duvidosos	<b>705</b>	488	<b>(217)</b>	(61)
Provisão para contingências	<b>2.103</b>	1.967	<b>(136)</b>	(216)
Provisão estoques obsoletos	<b>270</b>	367	<b>97</b>	-
Operações de derivativos	<b>436</b>	1.667	<b>1.452</b>	-
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	<b>486</b>	547	<b>61</b>	456
Provisão desvinculo p/funcionário	<b>221</b>	221	-	-
Participação dos diretores e funcionários	<b>657</b>	1.446	<b>789</b>	(423)
Provisões diversas e outros	<b>2.772</b>	1.567	<b>(1.205)</b>	(355)
Randonprev avaliação atuarial	<b>(485)</b>	(485)	-	-
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	<b>(24.900)</b>	(25.813)	<b>(913)</b>	952
Outros	<b>91</b>	272	<b>181</b>	268
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>2.204</b>	854
<b>Total líquido</b>	<b>(6.818)</b>	(13.414)		

## Notas Explicativas

### 20. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receita bruta de vendas	330.544	334.381	423.723	362.086
Devolução de vendas	(9.045)	(2.220)	(9.892)	(2.220)
Ajuste a valor presente	(3.455)	(4.349)	(3.455)	(4.349)
Impostos sobre a venda	(73.705)	(76.132)	(88.647)	(76.132)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>244.339</b>	<b>251.680</b>	<b>321.729</b>	<b>279.385</b>

### 21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	(174.572)	(190.024)	(234.932)	(207.973)
Despesas com vendas	(29.593)	(24.476)	(36.675)	(28.063)
Despesas gerais e administrativas	(16.430)	(11.886)	(21.090)	(14.623)
Remuneração e participação dos administradores	(1.652)	(2.850)	(1.652)	(2.850)
Outras despesas operacionais	(2.897)	142	(3.282)	(733)
	<b>(225.144)</b>	<b>(229.094)</b>	<b>(297.631)</b>	<b>(254.242)</b>
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização	(12.236)	(10.347)	(17.005)	(10.739)
Despesas com pessoal	(69.308)	(65.668)	(87.115)	(71.247)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(91.063)	(87.970)	(110.845)	(101.312)
Fretes	(9.360)	(7.493)	(11.303)	(8.304)
Outras despesas	(43.177)	(57.616)	(71.363)	(62.640)
	<b>(225.144)</b>	<b>(229.094)</b>	<b>(297.631)</b>	<b>(254.242)</b>

## Notas Explicativas

### 22. Despesas com benefícios a funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Ordenados e salários	59.122	55.708	71.625	61.151
Custos de previdência social	9.748	9.355	14.800	9.491
Custos relacionados a aposentadoria	438	605	690	605
	<b>69.308</b>	<b>65.668</b>	<b>87.115</b>	<b>71.247</b>

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros em 30 de junho de 2012 foi no valor de R\$2.138 (R\$3.767 em 30 de junho de 2011).

### 23. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado financeiro durante o período totalizam R\$4.714 (R\$8.472 em 30 de junho de 2011).

### 24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas financeiras:				
Varição cambial	9.058	3.686	9.058	3.686
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	9.164	10.705	9.164	10.705
Ganhos com outras operações de derivativos	(294)	271	(294)	271
Ajuste a valor presente	3.598	4.126	3.598	4.126
Outras receitas financeiras	1.596	2.148	1.961	2.223
	<b>23.122</b>	<b>20.936</b>	<b>23.487</b>	<b>21.011</b>
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(15.041)	(5.725)	(15.041)	(5.725)
Juros sobre financiamentos	(6.583)	(4.264)	(6.583)	(4.264)
Ajuste a valor presente	(463)	(1.910)	(463)	(1.910)
Outras despesas financeiras	(4.033)	(1.409)	(11.645)	(2.309)
	<b>(26.120)</b>	<b>(13.308)</b>	<b>(33.732)</b>	<b>(14.208)</b>
Resultado financeiro	<b>(2.998)</b>	<b>7.628</b>	<b>(10.245)</b>	<b>6.803</b>

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro abaixo:

#### Controladora

		<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<b>Nota</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Custo amortizado</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	75.893	120.540
Aplicação financeira		164.258	120.170
Contas a receber de clientes	6	83.012	72.689
<b>Passivos</b>			
Fornecedor		(21.685)	(16.719)
Empréstimos e financiamentos	15	(356.640)	(264.603)
Mútuos a pagar	9	(1.307)	(1.183)
Instrumentos financeiros derivativos		(2.291)	(3.555)
Total		<u>(58.760)</u>	<u>27.339</u>



**Notas Explicativas****25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**Risco de mercado--Continuação

## Consolidado

		30/06/2012	31/12/2011
	Nota	Custo amortizado	Custo amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	87.120	128.498
Aplicação financeira		164.258	120.170
Contas a receber de clientes	6	110.277	83.970
<b>Passivos</b>			
Fornecedor		(37.144)	(29.465)
Empréstimos e financiamentos	15	(434.664)	(321.628)
Mútuos a pagar	9	(1.307)	(1.183)
Instrumentos financeiros derivativos		(2.291)	(3.555)
		<u>(113.751)</u>	<u>(23.193)</u>

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

## Controladora:

	Nota	Valor contábil		Valor justo	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	5	75.893	120.540	75.893	120.540
Aplicação financeira		164.258	120.170	164.258	120.170
Clientes	6	83.012	72.689	83.012	72.689
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		(21.685)	(16.719)	(21.685)	(16.719)
Empréstimos e financiamentos	15	(356.640)	(264.603)	(356.640)	(264.603)
Mútuos a pagar	9	(1.307)	(1.183)	(1.307)	(1.183)
Instrumentos financeiros Derivativos		(2.291)	(3.555)	(2.187)	(3.555)
Total		<u>(58.760)</u>	<u>27.339</u>	<u>(58.656)</u>	<u>27.339</u>

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de mercado--Continuação

##### Consolidado

	Nota	Valor contábil		Valor justo	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	5	87.120	128.498	87.120	128.498
Aplicação financeira		164.258	120.170	164.258	120.170
Clientes	6	110.277	83.970	110.277	83.970
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		(37.144)	(29.465)	(37.144)	(29.465)
Empréstimos e financiamentos	15	(434.664)	(321.628)	(434.664)	(321.628)
Mútuos a pagar	9	(1.307)	(1.183)	(1.307)	(1.183)
Instrumentos financeiros					
Derivativos		(2.291)	(3.555)	(2.187)	(3.555)
Total		(113.751)	(23.193)	(113.647)	(23.193)

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pos-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de taxa de juros--Continuação

##### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Nossa análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 30 de junho de 2012, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Aplicações financeiras	R\$	14.955	11.216	7.477
		<b>Depreciação da Taxa em</b>		<b>25,00%</b>
<b>Referência para Receitas Financeira</b>		<b>Prováveis</b>	<b>Possíveis</b>	<b>Remota</b>
CDI %		8,37%	6,27%	4,18%
<b>AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA</b>				
Instituições financeiras	R\$	127.199	158.991	190.779
		<b>Apreciação da Taxa em</b>		<b>25,00%</b>
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
TJLP		5,5%	6,87%	8,25%
URTJ		1,97	2,47	2,96
US\$		2,02	2,53	3,03

#### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de câmbio --continuação

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no período findo em 30 de junho de 2012 apresentou variação positiva de 7,76% (11,18% positiva em 31 de dezembro de 2011). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação a sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	50.201	74.876	53.147	42.628
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	76.878	31.073	115.479	61.474
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.133	1.895	1.133	1.895
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	<b>(25.544)</b>	45.698	<b>(61.199)</b>	(16.951)

**Notas Explicativas****25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**Risco de câmbio--ContinuaçãoSensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

		<b>Controladora</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(51.631)	(64.539)	(77.447)
	Queda do US\$	(51.631)	(38.723)	(25.815)
		<b>Consolidado</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(123.701)	(154.627)	(185.552)
	Queda do US\$	(123.701)	(92.776)	(61.850)

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empréstimos e financiamentos	15	<b>434.664</b>	321.628
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		<b>(251.378)</b>	(248.668)
Dívida líquida		<b>183.286</b>	72.960
Patrimônio		<b>357.853</b>	350.218
Capital Social e dívida líquida		<b>541.139</b>	423.178
Quociente de alavancagem		<b>34%</b>	17%

#### Garantias

A empresa não tem ativos financeiros dados em garantia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

#### Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 30 de junho de 2012, a Companhia contava com aproximadamente 15 clientes que deviam R\$3.624 cada (em 31 de dezembro de 2011 eram 27 clientes que deviam R\$2.169 cada) sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 73 clientes, que deviam aproximadamente R\$575 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que esta indicado na Nota 6.

#### Instrumentos financeiros e depósitos bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

<b>Período findo em 30 de junho de 2012</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos	48.824	169.020	98.245	118.575	<b>434.664</b>
Fornecedores	37.144	-	-	-	<b>37.144</b>
	<b>85.968</b>	<b>169.020</b>	<b>98.245</b>	<b>118.575</b>	<b>471.808</b>

#### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.



## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (hedge) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização de transações. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. O resultado líquido é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

A partir de 2010, essas operações foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("hedge accounting"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM N°604/09. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia verificadas em 30 de junho de 2012, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 30/06/2012 – em milhares de R\$ (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 30/06/2011 – em milhares de R\$ (crédito) / débito	
	Nacional – em milhares de US\$		Nacional – em milhares de R\$		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	Valor Recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011								
NDF	24.200	26.300	48.915	49.315	(2.291)	(3.555)	(2.291)	(3.555)	352	2.037	520	-
Total	24.200	26.300	48.915	49.315	(2.291)	(3.555)	(2.291)	(3.555)	352	2.037	520	-

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Descrição	Moeda	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		
		30/06/2012	31/12/2011	Moeda	30/06/2012	31/12/2011
		Banco do Brasil	USD	2.000	4.000	R\$
HSBC	USD	4.800	8.500	R\$	(723)	(1.028)
Banco Itaú BBA	USD	2.000	1.000	R\$	(282)	(243)
Votorantim	USD	4.700	4.900	R\$	(706)	(401)
Santander	USD	7.200	7.900	R\$	(726)	(1.307)
Safra	USD	1.000	-	R\$	100	-
Bradesco	USC	2.500	-	R4	183	-
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>24.200</b>	<b>26.300</b>	<b>R\$</b>	<b>(2.291)</b>	<b>(3.555)</b>

## Notas Explicativas

### 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

Descrição	30/06/2012		31/12/2011	
	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF	11.000	13.200	24.200	26.300
Total	11.000	13.200	24.200	26.300

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos períodos/ exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e Perdas registradas no Resultado				Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido*	
		Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em		no Patrimônio Líquido*	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011
Operações de Proteção Cambial Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	R\$	(1.711)	665	294	271	(1.007)	(2.591)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>(1.711)</b>	<b>665</b>	<b>294</b>	<b>271</b>	<b>(1.007)</b>	<b>(2.591)</b>

\* Valor sem os efeitos dos impostos.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução N°475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(2.291)	(14.537)	(26.896)

## Notas Explicativas

### 26. Compromissos

#### Garantias

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças e propriedade fiduciária prestadas à empresas:

Tipo de garantia	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Randon				
Aval e fiança	<b>24.681</b>	23.293	<b>24.681</b>	23.293

### 27. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

Segmento de montadoras: referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

Segmento de reposição: referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

#### a) Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receita líquida para terceiros	<b>69.349</b>	77.802	<b>252.380</b>	201.583	<b>321.729</b>	279.385
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<b>(60.906)</b>	(65.723)	<b>(174.026)</b>	(142.250)	<b>(234.932)</b>	(207.973)
<b>Lucro bruto</b>	<b>8.443</b>	12.079	<b>78.354</b>	59.333	<b>86.797</b>	71.412

Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito do Grupo, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

## Notas Explicativas

### 27. Informações por segmento--Continuação

#### b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Região:						
Mercado nacional	<b>42.337</b>	54.450	<b>135.483</b>	99.053	<b>177.820</b>	153.503
Nafta	<b>25.618</b>	12.165	<b>75.689</b>	56.322	<b>101.307</b>	68.487
Europa	<b>1.126</b>	1.424	<b>7.552</b>	6.592	<b>8.678</b>	8.016
Mercosul	<b>76</b>	4.636	<b>16.198</b>	21.463	<b>16.274</b>	26.099
África	-	803	<b>8.723</b>	3.718	<b>8.723</b>	4.521
Ásia e Oceania	<b>192</b>	1.551	<b>5.039</b>	7.179	<b>5.231</b>	8.730
Outros	-	2.773	<b>3.696</b>	7.256	<b>3.696</b>	10.029
Total	<b>69.349</b>	77.802	<b>252.380</b>	201.583	<b>321.729</b>	279.385

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita referente a um dos clientes totalizou R\$59.856 em 30 de junho de 2012 (R\$24.336 em 30 de junho de 2011)

### 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	Controladora	
		Total dos limites de indenização	
		30/06/2012	31/12/2011
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	<b>312.512</b>	312.512
	Colisão e responsabilidade civil.	<b>797</b>	946
Automóveis	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	<b>20.200</b>	20.200
Responsabilidade civil		<b>2.542</b>	2.606
Acidentes pessoais		<b>336.051</b>	336.264

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.